

## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – PAULIPREV

Aos 20 dias do mês de setembro de 2021, às 18 horas e 10 minutos, respeitando os devidos cuidados preconizados pelas autoridades de saúde às reuniões presenciais, reuniram-se os membros do Conselho Administrativo nomeados através dos Decretos nº 7.713 de 17 de dezembro de 2019 e nº 7.914 de 19 de outubro de 2020, Sandra Ariadne Casassa, Nara Martins Moretti, Idu Albino Ribeiro, Antônia Sirlene Lima, Edson Tomaz, Paulo Henrique dos Santos, Erick Santos Paiva, Eliete Maria da Silva, Fabio Ceconelo, além do Diretor Presidente do Instituto Pauliprev, Marcos André Breda e do contador do Instituto, o Evans Beraldo, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer, que a íntegra das reuniões deste Conselho Administrativo encontra-se disponível em meio eletrônico, no canal do PauliPrev (<http://bit.ly/pauliprevr> - YOUTUBE e no site do Instituto, pauliprev.sp.gov.br, aos quais todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada à ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessas gravações. Todos os atos ocorridos nas reuniões, encontram-se registrados nas referidas mídias, as quais deverão ser consultadas para a visão da totalidade dos acontecimentos.

### Reunião Transmitida Ao Vivo via Youtube.

Pautas do dia:

1. Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada em 23/08/2021;
2. Deliberação sobre a aprovação da apresentação do Relatório Trimestral do Conselho Fiscal, referente ao segundo trimestre de 2021, conforme apresentação na reunião ordinária ocorrida em 08/09/2021;
3. Apresentação e deliberação sobre a projeção orçamentária para o exercício de 2022;
4. Assuntos diversos.

A Presidente do Conselho Administrativo, Sandra, deu início a reunião desejando boas-vindas a todos presentes e lembra que a reunião está sendo transmitida de maneira ao vivo pelo Youtube para que facilite a participação dos demais servidores. Anunciou a pauta da reunião. No item 01, Sandra diz que a ata já foi encaminhada por e-mail para todos os conselheiros. No item 03, Sandra diz que irá suprimir o termo “deliberação”, atendendo uma sugestão da conselheira Nara. Deixarão a deliberação desse item para a próxima reunião ordinária do conselho e hoje ficarão com a apresentação e dúvidas. O item 04 será aberto caso haja tempo e o Diretor Presidente tem um informe para passar.

**Item 01.** Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada em 23/08/2021 – Sandra coloca o item em deliberação e é aprovado com unanimidade pelos conselheiros.

*Handwritten signatures and initials:*  
Sandra  
Nara  
Edson  
Paulo  
Erick  
Eliete  
Fabio  
Marcos  
Evans  
RHS

**Item 02.** Deliberação sobre a aprovação da apresentação do Relatório Trimestral do Conselho Fiscal, referente ao segundo trimestre de 2021, conforme apresentação na reunião ordinária ocorrida em 08/09/2021 - Sandra diz que não recebeu a apresentação posterior a reunião, mas a apresentação do conselho fiscal foi feita para todos os conselheiros na reunião passada. Como não recebeu, por esse motivo não encaminhou. Diz que pode pedir à Ligian que os encaminhe para arquivo, apesar de constar como anexo da reunião passada. Coloca em deliberação e é aprovado com unanimidade pelos conselheiros. Nara endossa que gostaria de acompanhar o voto que fizeram a referência das leis 17 e 18/2001.

**Item 03.** Apresentação e deliberação sobre a projeção orçamentária para o exercício de 2022 – Sandra dá boas vindas ao Evans, contador do Instituto e passa a palavra para ele. Evans dá boa noite a todos e inicia a apresentação. Diz que a apresentação da projeção orçamentária será base para LOA do exercício de 2022 e como Instituto teve que apresentar junto da LOA plano plurianual para o período 2022-2025 já vai apresentar esse arquivo que já contempla, praticamente, toda a projeção para esse quadro. O relatório em si está baseado na projeção do exercício de 2022 para a gente fazer um acompanhamento de como serão as receitas e despesas a partir do próximo ano, de 2022, e a partir desse exercício foram gerando a projeção do ano de 2023, 2024 e 2025 que é a projeção do PPA também enviado para à Prefeitura Municipal de Paulínia para ser consolidado junto com o ente municipal. No primeiro slide, colocou os valores globais para o PPA. O Instituto de 2022-2025 ele vai apresentar uma projeção de receitas no valor de R\$ 938.179.000,00, receitas correntes no valor global de R\$ 355.525.200,00 sendo que as contribuições previdenciárias vão gerar um valor global de R\$ 282.966.000,00, remuneração dos recursos do RPPS R\$ 35.000.000,00, outros serviços projetados e R\$ 36.000,00, restituição de benefícios previdenciários projetado em R\$ 23.200,00 e a compensação financeira entre RPPS e RGPS, COMPREV, R\$ 37.500.000,00.

- **Receitas Correntes:**

- **Contribuições Previdenciárias:** Evans diz que as contribuições previdenciárias são projetadas com os repasses previdenciários dos servidores da Prefeitura, Câmara Municipal, Paulínia Prev Instituto, servidores cedidos e o servidor em auxílio-doença inicialmente. A projeção Prefeitura foi baseada nos seguintes dados: foi feita uma base salarial mensal, inicialmente, Evans pegou todas as guias de janeiro a junho deste ano para encontrar essa primeira base mensal que deu uma base em torno de R\$ 31 mi aproximadamente, com essa base e com o número de servidores a assegurados na guia de junho de 2021, acrescido do reajuste anual, essa base passou de R\$ 31 mi na projeção para R\$ 35 mi. O número de desligamentos entre janeiro e junho, na média, foram 81 desligamentos, para arredondamento de receita, para não superestimarem as receitas, Evans arredondou para 15 ao mês, chegando a 90 no semestre e o salário médio com reajuste de R\$ 1.000,00, foi encontrado de R\$ 9.122, Evans arredondou para R\$ 10.000 mensal para iniciar a projeção. Explica a projeção e abatimento para o saldo de R\$ 18.914.000,00 de expectativa de receita no primeiro quadrimestre da Prefeitura. Para o segundo e terceiro quadrimestre, Evans reajustou a base com o possível cenário de reajuste salarial. O segundo semestre alcançou a projeção de R\$ 43.372.000,00. O saldo para o ano de 2022 de repasse dos servidores da prefeitura, nesse cálculo, chegaria a R\$ 68.286.000,00, porém como ainda não temos base concreta para saber o impacto da implementação da previdência complementar, foi reduzido o valor de R\$ 62 mi



em 5%, esse valor reduzido voltou para R\$ 59 mi na projeção da receita da prefeitura para o exercício de 2022. Deste cenário de 2022 foi reajustado para o ano de 2003 em 5,5% chegando a, aproximadamente, R\$ 62 mi. De 2023 para 2024 foi registrado em mais 4,5% chegando a, aproximadamente, R\$ 64,5 mi. E de 2024 e 2005 mais 4,5% que, geralmente, é a média de reposição salarial aplicada em maio. Diz que foram mais cautelosos na projeção da receita porque existe os impactos da implementação da previdência complementar e também existe ainda possibilidade das novas contratações de servidores públicos para assumirem os lugares em vacância que estão sendo apurados nas guias previdenciárias. Diz que esse valor colocou no ano de 2023 em 5,5%, chegando nos R\$ 62 mi para ver como vai ser, inicialmente, em 2022 a análise da receita durante o exercício e para realmente ver se vai manter ou não em 2023 esse valor de R\$ 62 mi. Diz que pro Instituto é muito desfavorável quando essa receita começa a cair muito e esse percentual entre o projetado e realizado ele passa de 10%, aí o Tribunal emite os alertas bimestrais e pede para a gente fazer a correção dessa projeção de receitas durante o exercício. Diz que pela base que a gente está recebendo já com reajuste de junho, de julho e de agosto, provavelmente, vai depender do impacto dos efeitos da previdência complementar em 2022, se nada se não impactar de certo modo, provavelmente, já teremos em 2022 o saldo de 2023. Se ficar nessa margem, provavelmente, já alcançaríamos esse valor em 2022, de R\$ 62 mi. Da Câmara, Evans diz que ela não recebeu o reajuste de R\$ 1.000,00 ainda durante o exercício de 2021, sendo assim, fez a média também das guias de janeiro até julho e o saldo apurado deu na média de R\$ 626 mil/mensal como base de contribuição. Até julho apenas um período ficou um pouco mais baixo e Evans acredita que a tendência seja de R\$ 645 mil para cima a média mensal da Câmara no exercício de 2022. Se mantiver o primeiro cenário de R\$ 626 mil no primeiro quadrimestre reajustado em 5,5% para o segundo e terceiro quadrimestre de 2022, vai chegar em mais ou menos R\$ 660 mil. A primeira projeção, num cenário mais conservador, vai apresentar um cenário de R\$ 1.182.000,00. Se chegar nesse valor, haverá uma queda de 1,48% e não vai interferir no valor projetado de R\$ 1.200.000,00. Porém, se manter R\$ 645 mil acima, a média, se houver algum reajuste para a Câmara em 2022, poderemos chegar no mínimo a R\$ 1.218.000,00, então a projeção de R\$ 1.200.000,00 vai ficar no meio termo. Se for o cenário, o mais conservador, não vai impactar entre o projetado e o efetivo e, se for acima estaremos cumprindo o valor projetado para o exercício de 2022. Em relação ao PPA, diz que partindo do cenário de R\$ 1.182.000,00 vamos chegar, com os reajustes de 5,5% em 2023, a R\$ 1.240.000,00. Reajustando para R\$ 1.265.000,00 com 4,5%, e depois, outro reajuste de mais 4,5% chegaremos a R\$ 1.305.000,00, chegando no global de R\$ 5.010.000,00 para PPA 2022- 2025. Para os servidores do Paulínia Prev foi feita a mesma premissa da prefeitura, apuração da média até junho da primeira base mensal. Dessa base mensal acresce um dos reajustes de R\$ 1.000,00, para o primeiro semestre foi utilizada essa base reajustada. Evans aplicou a porcentagem apresentada no relatório para os reajustes de salários. Para os cedidos, atualmente são 3, um para o Senado Federal, um para a Prefeitura de Campinas e o terceiro para Santa Bárbara Doeste. Como o Instituto não tem controle sobre o retorno desse servidor, utilizou o que tem mais probabilidade de continuar que são os servidores que estão no Senado e na prefeitura de Campinas, juntos vão chegar sozinhos na projeção anual

*Handwritten signatures and initials:*  
- Top right: A signature.  
- Middle right: A signature.  
- Bottom right: A signature.  
- Far right: A signature.  
- Far right: A signature.  
- Far right: A signature.  
- Far right: A signature.



de aproximadamente R\$ 21.000 em 2022. Caso ocorra algum retorno durante o exercício de 2022, Evans reduziu a projeção em 15%. Como não temos controle, ao contrário dos servidores Paulina Prev, da Câmara e da Prefeitura, Evans diz que reajustou os valores fixos por possíveis retornos durante PPA 2022-2025. Servidor em auxílio-doença, a rubrica agora somente abrange servidores do Instituto, como também não temos controle sobre um servidor estar ou não em auxílio-doença, Evans projetou valores simbólicos e fixos no valor de R\$ 2.000 para acompanhar essas receitas durante os exercícios abordados. Para os servidores inativos foi utilizada a última contribuição previdenciária registrada na folha de julho de 2021, sobre esse valor encontrado, que é na base de R\$ 445.000 foram projetadas 13 competências para o exercício de 2022, esse valor vai chegar em torno de R\$ 5.500.000 conforme os conselheiros observarão no relatório e esse valor também foi reduzido pela perspectiva de manter um cenário mais conservador. Os inativos da Prefeitura e os da Câmara totalizam o valor de R\$ 5.450.000. Para o restante do PPA foram colocados também valores percentuais para fazer a projeção para o período abrangido. Pensionistas foi a mesma forma dos aposentados.

- Remuneração de Recursos: neste caso o valor que tem maior presença nessa rubrica são os juros semestrais oriundos dos títulos públicos. Nessa projeção foi também colocado com um valor conservador, pois temos títulos públicos com vencimento em 2023, 2024 e 2025. Ainda serão tomadas as devidas providências se novos títulos serão adquiridos, então dessa perspectiva, o mínimo que estamos recebendo é o valor de R\$ 7.870.000. Para esses juros semestrais dos títulos ativos consegue representar de forma satisfatória projeção e diante da expectativa dos títulos em vencimento e outros que podem ser adquiridos para os exercícios foram projetados valores fixos e não percentuais. R\$ 500.000,00 de 2022 para 2023. Evans diz que teremos vários títulos resgatados em 2023 por isso a projeção desce um pouco para 2024 e 2025 devido ao vencimento desses próximos títulos durante PPA do exercício 2022-2025. Para os dividendos, a projeção, a média até junho de 2021 já apresentava um valor aproximado de R\$ 150.000 recebido a título de dividendo, porém devido a variações de mercados, às vezes, o fundo não consegue apresentar lucro, não consegue distribuir dividendo, Evans reduziu esse valor em 15% para evitar possíveis apontamentos do TCE/SP durante o exercício de 2022 e, desta forma, como não depende do Instituto essa evidenciação dos dividendos a serem pagos, a projeção ficou fixa para todos os exercícios compreendidos entre 2022 e 2025. Evans diz que para o exercício de 2022, provavelmente, teremos resgate de aplicação para ser investido em outras modalidades de aplicação, então, desta forma, caso não ocorra, foi deixado um valor simbólico de R\$ 1.000. Se ocorrer esse valor será bem acima e não vai prejudicar a análise da projeção orçamentária no exercício de 2022. Diz que existem títulos a serem resgatados em 2022, 2023, 2024. Provavelmente, no resgate desses títulos públicos, será registrada nessa rubrica de resgate de aplicações e esses valores registrados será bem superior a esse valor simbólico.
- Outros Serviços: os valores projetados são de R\$ 9.000,00 para o exercício de 2022 e esses valores representam os serviços administrativos pagos ao Pauliprev que são as cópias de documento requisitadas pelo servidor no Instituto.
- Restituições de Benefícios Previdenciários: valor fixo, simbólico de R\$ 5.000,00 por mês com multas e juros simbólicos. Vai registrar possíveis restituições de

- benefícios pago a maior ou que foram pagos com algum erro durante a competência. Como exemplo aqui, às vezes, entre janeiro e fevereiro foi registrado uma aposentadoria, pode ser que em março exista uma glosa dessa aposentadoria e esses valores pagos a mais ou valor calculado erroneamente no salário do servidor, ou de um pensionista, ou aposentadoria, foi apurado que esse valor foi pago a mais, necessitou ser restituído e esse valor vem para essa rubrica.
- Compensações financeiras entre RPPS e RGPS: a projeção para 2022 seguiu a mesma linha do exercício 2021. Hoje, temos de valor fixo uma média de recebimento do COMPREV de R\$ 750.000,00 ao mês, irá demonstrar o montante de R\$ 9 mi. Evans diz que, como não temos controle sobre portarias e decretos que podem postergar o pagamento de uma competência, ou, também, não contemplando nesse valor os processos em análise do Instituto junto ao INSS, mantiveram a perspectiva conservadora de manter a projeção em R\$ 9 mi. Acrescido do 13º vai projetar aproximadamente R\$ 9.750.000. Diz que esse ano ocorreu um decreto do COMPREV que postergou o pagamento de uma competência e a falta de recebimento gerou um alerta do TCE naquele bimestre. Pra evitar esse tipo de problema, Evans diz que mantiveram a projeção de R\$ 9 mi que não vai impactar na diferenciação entre projetado e realizado acima de 10%. Para os exercícios posteriores, nessa perspectiva, os valores foram reajustados em valores fixos de R\$ 500.000,00 mantendo a projeção de R\$ 9.500.000,00 para os anos de 2023, 2024 e 2025. Já com a expectativa que os valores em análise junto ao INSS já tenham sido pagos e a movimentação mensal do fluxo fixo já esteja bem maior que os R\$ 750.000,00 mensais atuais.
  - **Receitas Extraorçamentárias:**
    - Contribuição Previdenciária Patronal: R\$ 261.334.250,00 – Evans diz que foi utilizado o valor projetado acrescido de R\$ 500.000,00 e assim, sucessivamente, para os posteriores exercícios. Diz que o motivo é porque existe apontamentos na avaliação atuarial de 31/12/2020 da mudança da alíquota patronal de 14% para 14,83%. Diz que essa orientação foi passada para a Prefeitura e está sendo analisado o impacto e, até o momento da apresentação, não tiveram uma informação concreta de uma possível alteração do patronal, os valores foram projetados dessa forma. Se for aceita a mudança de alíquota, o realizado será acima do projetado e, caso não, o valor de R\$ 500.000,00 não vão impactar nos alertas do TCE. Na Câmara, os valores foram acrescidos de R\$ 10.000,00 por exercício, na mesma linha da Prefeitura. Pauliprev na mesma proporção e o auxílio doença em valores fixos de R\$ 250,00 para cada exercício.
    - Contribuição Previdenciária – Parcelamento: R\$ 26.354.000,00 – diz que os valores dos parcelamentos totalizam R\$ 360.818,00 de valor principal. Diz que o Douglas disponibilizou uma tabela de projeção das parcelas que inclui a amortização e os acréscimos mensais de atualização monetária e juros pactuado. Gerando uma perspectiva de aproximadamente R\$ 5,6 mi ao ano. Evans diz que para evitar uma variação muito alta, o valor foi reduzido de 5 a 10% a depender o exercício. Sobre as multas, diz que os valores são simbólicos, pois não possuem controle sobre o atraso do pagamento das parcelas. Se vierem a ocorrer, os valores podem ser de R\$ 20.000 acima, então vão superar qualquer valor projetado no PPA 2022-2055.



- Restituição de Benefícios Previdenciários: R\$ 5.999.950,00 – diz que essa rubrica vai receber o registro do novo acordo de parcelamento feito via CADIPREV que é a restituição dos benefícios previdenciários de aposentadoria da reversão dos guardas municipais. O valor projetado, atualmente, é de R\$ 114 mil por mês e serão 60 parcelas. Receberão acréscimos mensais de atualização monetária e juros pactuado. Multas e juros também são valores simbólicos.
- Ressarcimentos – Específicos: R\$ 1.853.100,00 – diz que essa rubrica em 2022 vai receber os repasses do convênio entre Paulínia Prev e a Prefeitura relativos ao convênio SMR 01/2020 que trata dos serviços prestados pela Perícia. A média está entre R\$ 45 e 50 mil por mês. Mantiveram o valor de R\$ 400.000,00 e as projeções foram realizados com valores fixos. Para as multas, os valores também são simbólicos.
- Aportes para Amortização do déficit atuarial: R\$ 287.112.500,00 – diz que a cada início de exercício os valores estipulados sofrerão o acréscimo do índice do IPCA. Diz ser uma receita que também recebe um alerta do TCE caso ultrapasse 10% entre o projetado e realizado. Os valores Paulínia Prev, Cedidos e Aux. Doença são valores simbólicos e não impactarão nos valores projetados para o global em cada exercício. A projeção até o fim de 2025 é de R\$ 287.111.500,00.

Evans diz que o somatório dessas receitas totaliza R\$ 938.179.000,00 para o PPA da Pauliprev. Diz que seguiram a orientação emitida pelo departamento de orçamento da Prefeitura. O valor global das despesas também é de R\$ 938.179.000,00.

- Despesas Orçamentárias:

- Gestão e manutenção do Instituto: R\$ 41.700.500,00
  - Folha de pagamento de pessoal ativo: R\$ 24.221.500,00 – foi estipulada uma margem de pouco mais de R\$ 4 mi para 2022. Evans diz que encaminhará aos conselheiros o estudo com todos os valores com pessoal estipulados. Sobre as contribuições a entidades fechadas de previdência complementar, diz que ainda não possuem controle sobre esse dispêndio, quais serão os valores foi projetado um dispêndio de 50% sobre a média estimada de gastos com as obrigações patronais sobre a folha dos servidores do Instituto. Na rubrica de obrigações patronais foi projetado caso o Instituto venha a ter algum servidor comissionado vinculado ao regime geral de previdência. As variações pessoal-civil estão ligadas a possível contratação de servidor comissionado. Indenizações e restituições trabalhistas está projetada com valores simbólicos. Obrigações patronais sobre a folha de pagamento são reflexo da projeção da receita, já que a alíquota será a mesma para receita e depois para pagamento. Outros benefícios assistenciais do servidor, caso algum servidor venha a ser abrangido pelo benefício de auxílio doença, o valor projetado foi de R\$ 110.000,00 durante o exercício de 2022 e para os exercícios posteriores foram reajustados com valores fixos. Auxílio Alimentação projetado aumento unitário de cada auxílio. Auxílio Transporte com projeção de reajuste unitário também.
  - Aquisições e Contratações Manutenção Instituto: R\$ 16.670.000,00 – Material de consumo está com projeção ampla porque, provavelmente, os



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Ida', 'E', 'J', 'L', 'M', 'N', 'O', 'P', 'Q', 'R', 'S', 'T', 'U', 'V', 'W', 'X', 'Y', 'Z', and 'E'.

gastos do Instituto já começam a se normalizarem com relação a pandemia de 2020. Despesas com locomoção compreende possíveis locomoções dos servidores do comitê de investimentos com passagens aéreas, em 2019 chegou a R\$ 40.000,00, em 2020 com a pandemia o gasto foi bem pequeno, foi deixado um valor amplo para os próximos exercícios com redução desses gastos. Serviços de consultoria está com margem ampla também para possíveis contratos que possam vir a ser firmado nos próximos exercícios, o único serviço de consultoria ativo é o atuarial. Outros serviços de terceiros – pessoas físicas compreende o valor do aluguel predial e a folha de pagamento dos conselheiros. Está estimado R\$ 580.000,00 em 2021. Havendo aumentos, o valor projetado é de R\$ 1.200.000,00 para 2022 e 2023. Para 2024 e 2025 podem ser avaliadas providencias de redução desses gastos. Outros serviços de terceiros – pessoas jurídicas, Evans diz que a maioria dos contratos do Instituto estão aqui. O valor projetado dessa despesa para 2022 é de R\$ 1,5 mi. foi levado em consideração que em 2019 quando ainda tínhamos o contrato com a FIP o valor registrado nessa rubrica nunca foi de R\$ 1 mi. Em 2020 esse valor caiu para aproximadamente R\$ 165.000,00 e, para evitar possíveis variações, então o maior valor gasto que foi apresentado em 2019 foi reajustado em praticamente 50% desse valor e foi colocado o valor de R\$ 1,5 mi para 2022, repetindo para 2023. Se a perspectiva de 2021 for repetido em 2022, esses valores devem chegar a R\$ 200.000,00, R\$ 250.000 com ampla margem. Para 2024 e 2025 Evans lançou redução. Serviços da Tecnologia da Informação, valor inicial de R\$ 900.000,00. Diz que estão inclusos os serviços prestados pelos fornecedores da área de T.I. que são softwares alugados, como um software de contabilidade pública, folha de pagamento previdenciário, aluguéis de equipamentos eletrônicos na área de T.I. serão registrados nessa rubrica. Hoje, o gasto não está passando de R\$ 300.000,00 e a projeção também foi feita com ampla margem caso exista reajuste os preços dos contratos hoje ativos. Equipamentos e material permanente são aquisições de material e equipamentos para patrimônio imobilizado no instituto. Os valores de 2019 e 2020 foram entre R\$ 26.000,00 e R\$ 40.000,00, em 2021, até o momento, gastamos menos que R\$ 3.000 de equipamentos permanentes, então o valor projetado foi fixo para 2022 e posteriores e também devem arcar muito bem com a aquisição de material permanente do instituto.

- Consumos: R\$ 470.000,00 - São as rubricas para consumo de água esgoto, energia elétrica e de telefonia. No PPA atual, que engloba 2021, esses gastos estão inclusos dentro de outros serviços de terceiros pessoa jurídica, porém para esse PPA a Prefeitura resolveu criar uma ação exclusiva para apuração desses gastos e para facilitar a consolidação da informação o Instituto também assimilou a mesma ação. então para 2022 foram projetados os gastos com energia elétrica e água e esgoto o valor de R\$ 72.000,00 e para os serviços de telefonia fixa, móvel e internet o valor de R\$ 28.000,00. Para água e esgoto, os montantes fixos projetados são de R\$12.000,00 por ano, esse valor, provavelmente, será suficiente porque o instituto está gastando em média valores menores que R\$ 300,00 ao mês com consumo de água e

1 de  
2 de  
3 de  
4 de  
5 de  
6 de  
7 de  
8 de  
9 de  
10 de  
11 de  
12 de  
13 de  
14 de  
15 de  
16 de  
17 de  
18 de  
19 de  
20 de



para o consumo de energia elétrica a base inicial projetada para o exercício de 2022 foi de R\$ 60.000,00, reajustados de exercício para exercício chegando aos valores globais apresentados nesta planilha. Para a projeção de gastos com telefonia, o contrato atual é de R\$ 21.000,00 englobando os 3 serviços citados, porém a telefonia fixa é estimativa, hoje, em 2021, os valores também gastos com telefonia fixa estão abaixo de R\$ 300,00, então, provavelmente, os valores projetados para essas despesas em 2022 serão suficientes caso ocorra uma variação mais brusca na renovação desses contratos.

- Despesas – Regime de Adiantamento: R\$ 189.000,00 - são as despesas de pronto atendimento em serviços prestados e material consumido pelo Instituto, essas 2 rubricas também estavam englobadas, praticamente, com material de consumo e nos outros serviços de pessoa jurídica, então para diferenciar esse gasto e para ficar melhor a análise desses gastos de 2022 a 2025 foi gerada essa nova ação. Os valores de diárias civil não estavam englobados na projeção anterior e foram incorporados nessa ação para PPA 2022-2025. Evans diz que como ainda não temos uma média de gastos e se isso vai ocorrer ou não, os valores projetados para cada ano, 2022 e 2023, inicialmente, R\$ 12.000,00, em média R\$ 1.000,00 por competência de cada exercício. Após análise de 2022 e de manutenção em 2023, caso esse gasto venha a se confirmar, há o reajuste fixo de R\$ 500,00 para os exercícios de 2024 e 2025. Material de consumo e outros serviços de pessoa jurídica para as despesas de pronto atendimento a margem para 2022 também já está bem amplo, acha que até o momento gastamos R\$ 20.000,00 entre consumo e serviços durante esse ano, então, provavelmente, as margens serão suficientes caso também ocorra alguma variação a maior durante o exercício e também para controle desses gastos a projeção deve se mostrar totalmente plausível para bancar esses gastos no exercício de 2022.
- Capacitação e Formação – Servidores Ativos: 150.000,00 - Uma nova ação já que quando esses gastos ocorrem eles também estavam sendo registrados nessas rubricas de serviços de pessoa física e jurídica e para melhor análise desses gastos foi a ação de capacitação e formação de servidores ativos do Instituto, caso seja necessário a aquisição de algum curso de aprimoramento para os servidores do Instituto durante o exercício de 2022 foi estipulado um valor de R\$ 30.000,00 BRL e as rubricas de pessoa física e jurídica, porque ainda não dá pra saber de ante mão se esse curso será adquirido por pessoa física ou jurídica, foram colocados valores de R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00 para cada rubrica, mas o anual projetado é R\$ 30.000,00. Diz que estão estipulando as vezes que possam existir atualizações em relação ao campo previdenciário, alguma modificação COMPREV, provavelmente, teremos mais atualizações devido ao nosso sistema e, caso seja necessário, capacitar alguns servidores mediante essas alterações. Agora, o Instituto também vai segregar esse dispêndio para análise nesta ação.
- Construção de Sede para o Paulínia Prev: R\$ 1.450.000,00 – 2018, 2019, 2020 e, por enquanto, 2021 não houve registro de dispêndios nessa rubrica, a tendência é que isso não se repita nos próximos anos de 2022 a 2025,

*Handwritten signatures and initials:*  
- Top right: A signature that appears to be "Evans".  
- Middle right: A signature that appears to be "João".  
- Below that: The word "Fato".  
- Below that: A signature that appears to be "Bene".  
- Bottom right: The initials "RHS".  
- Far bottom right: A large handwritten letter "E".



porém caso seja necessário algum registro nessas rubricas e eles precisem ser suplementados com um valor, foram registrados valores simbólicos nesse PPA para a rubrica não ficar sem valor definido e para que não seja preciso fazer todo o trâmite orçamentário de inclusão deste programa e dessas rubricas durante o exercício de 2022.

- Pagamento de Benefício Previdenciário: R\$ 838.850.000,00 - É o programa que vai registrar os maiores gastos do Instituto de Previdência que são os pagamentos de benefícios e estão inclusos os benefícios de aposentadoria. A projeção dos gastos foi a seguinte: em 2019 o Instituto registrou R\$ 110 mi. em 2020 gastamos R\$ 125 mi e a projeção de 2021 é que esse valor chegue a R\$ 145 mi. Isto posto, como 2019 e 2020 o valor já aumentou R\$ 15 mi, 2020 e 2021 esse valor deve chegar em um aumento de R\$ 20 mi. Evans diz que projetaram um aumento de R\$ 25 mi para 2022 chegando na projeção de gastos de R\$ 170 mi e esse valor, provavelmente, vai estar acima o que é melhor. Diz que projetaram um montante fixo para os exercícios posteriores de modo que não subestimassem os gastos, já que, nos exercícios de 2019 e 2020 foram necessárias suplementações nessa anotação para o pagamento das aposentadorias. Acredita que a projeção para PPA vai conseguir estimar bem os gastos de aposentadoria do Instituto. Para as pensões, o aumento de 2019 para 2020 foi na base de R\$ 680.000, de 2020 para 2021 esse valor já, praticamente, dobrou foi para R\$ 1,4 mi. Hoje a estimativa é que os valores gastos com pensões ao final do exercício de 2021 cheguem a R\$ 9 mi. Com o aumento do número de pensionistas, o valor projetado para 2022 pegou o percentual, mais ou menos, de 30% ou R\$ 2.5 mi. Para análise desses gastos em 2022, provavelmente, também dará uma margem ampla para trabalhar e para os exercícios subsequentes, as projeções, os valores registrados estão demonstrados no relatório que será enviado para os conselheiros. Em relação a outros benefícios previdenciários, serão registrados os valores de auxílio-doença de servidores do Instituto caso venha ocorrer. Em 2020 segregação dessas competências de pagamento. hoje, o Instituto nessa rubrica só vai registrar os valores de auxílio-doença dos servidores do Instituto, como não temos controle sobre a ocorrência desse fato foram projetados valores de R\$ 100.000 BRL por exercício que, num primeiro momento, devem ser suficientes para os registros do auxílio doença para os servidores do Instituto no exercício de 2022, que é o exercício da LOA em análises.
- Pagamento de Obrigações – Benefícios Previdenciários: R\$ 10.620.000,00 - essas obrigações de benefícios previdenciários são representadas por sentenças judiciais. A primeira ação Compensação Previdenciária entre RPPS e RGPS, que é o desconto de COMPREV no que o Instituto recebe e restituições e indenizações feitas a Prefeitura Municipal de Paulínia nas sentenças judiciais. Para 2022 foi projetado um valor de R\$ 2 mi inicialmente porque nessa rubrica são registrados, principalmente, os precatórios apurados sob responsabilidade do Instituto e as sentenças judiciais vinculadas a valores de RPV. Em 2021 não houve pagamento de precatórios. em 2019 esse valor junto com as sentenças judiciais ficou no montante aproximado de R\$ 435.000,00, porém, para 2022, já temos

comprometido, de precatório analisado, o valor de R\$ 1,1 mi, então para arcar com possíveis reajustes de RPV e outras sentenças judiciais durante o exercício. Foi ajustado uma ampla margem de R\$ 2 mi. Como os valores de precatórios são apurados até o final, praticamente, do primeiro semestre de cada exercício e podem ser pagos até o final do exercício subsequente, tendo como base o valor registrado em 2021, Evans diz que mantiveram uma projeção para essas despesas em relação ao exercício de 2022 para o restante do PPA acrescido do montante fixo de R\$ 500.000,00 por exercício. Para compensação previdenciária os valores que serão registrados nesta rubrica em 2022 e para PPA 2022-2025 são os valores que o Instituto paga ao INSS no momento da compensação. Desse valor bruto, serão descontados os valores estipulados de compensação que temos que pagar ao COMPREV. O valor projetado para 2022 de R\$ 140.000,00 será suficiente para o registro dessas despesas e nos exercícios subsequentes. Indenizações, aqui são registrados possíveis restituições feitas ao erário municipal de sentenças judiciais ou de reversão de sentença que tenha contribuição previdenciária vinculada e paga pela prefeitura, mas que eram de responsabilidade do Pauliprev, no caso da restituição de sentença, e, às vezes, a contribuição retida de algum servidor e repassado ao Pauliprev pode ser revertido essa sentença e a gente pode ter que restituir essa contribuição previdenciária para o ente municipal. Esses valores serão identificados nessa rubrica. Em 2021, por enquanto, Evans diz que a gente já restituiu R\$ 7.000,00 referente a uma contribuição previdenciária revertida numa sentença e em 2019 também foi restituído uma sentença judicial. Diz que, até o momento, nenhuma restituição passou de R\$ 50.000,00, então os valores projetados, inicialmente, para 2022 devem ser suficientes para ajustar essas despesas.

- Contribuições Sociais a pagar: R\$ 28.000.000,00 - a ação registrada nessa rubrica será os possíveis pagamentos de contribuição social do Pasep. Atualmente, existe o auto de infração contra o Instituto cobrando os recolhimentos dos exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019, o Instituto lançou ato de impugnação para essa cobrança. Até o presente momento da confecção da projeção a Receita Federal do Brasil ainda não havia se manifestado sobre o ato de impugnação, então caso venha ocorrer alguns desdobramentos no exercício de 2022, foi projetado o valor de R\$ 10 mi que podem vir arcar com as contribuições apuradas pessoalmente e como os impactos do desdobramento da análise da ação de impugnação do auto de infração. Caso não venha ocorrer, o valor será devolvido ao final exercício de 2022 e para os exercícios subsequentes foram projetados valores menores que, provavelmente, já teremos resposta do desdobramento do auto de infração. Eles podem vir arcar com possíveis recolhimentos mensais de PASEP e os valores a serem pagos por parcelamento talvez das contribuições relativas ao PASEP com relação aos exercícios anteriores. Finalizando, para o exercício de 2022, o valor de reserva de contingentes vai registrar um valor estimado para as receitas diminuído dos valores fixados até o programa de encargos especiais. Essa diferença, então, ficou

*Handwritten signatures and initials:*  
Tde  
v  
&  
P  
Jo  
LW  
RHS  
B



apurada em R\$ 6,020 mi para o exercício de 2022 e foi registrado essa diferença na reserva de contingência.

- Reserva de Contingência: R\$ 17.558.500,00 – Evans diz que poderá ser utilizada, então, em exercícios futuros caso as estimativas de receita não venham abarcar toda a despesa projetada para o exercício.

Evans pede desculpa por apresentar os valores na planilha e, caso ele tenha sido vago em alguma apresentação de valor na planilha, o relatório será encaminhado para os conselheiros. Caso tenham alguma dúvida, podem enviar as dúvidas e ele irá respondendo durante a semana aos conselheiros. Coloca-se a disposição para dúvidas. Sandra agradece a apresentação do Evans, acredita que quando estiverem com os relatórios em mãos e as planilhas, talvez surjam dúvidas. Pede para Evans verificar a possibilidade de ele estar presente na próxima reunião do conselho, momento em que deliberarão o assunto, para já tirarem as possíveis dúvidas e deliberam. Se o conselho disser que não há dúvidas antes da próxima reunião, Sandra comunica o André a não participação do Evans na reunião. Diz ser uma realidade que não faz parte do dia a dia dos conselheiros, por isso, precisam ler. A palavra é passada à Nara, diz que separou algumas perguntas, mas fará a mais básica que é: como está sendo construído o PPA da Prefeitura e passará por audiência pública amanhã, pergunta se o PPA do Instituto acaba passando por essa obrigatoriedade de passar por audiência pública e, como ele ainda vai para a Câmara, e é um projeto que é discutido, debatido, se ainda podem ocorrer algumas mudanças. Evans diz que sim, esse valor vai ser consolidado com o PPA da Prefeitura. Diz que lá dentro do PPA da Prefeitura esses valores apresentados aqui de estimativa de receita e fixação de despesa vão ter os campos próprios de consolidação. Diz que a nossa projeção de receita foi bem conservadora, acredita que ela está dentro dos moldes e não deve ter nenhum apontamento para correção desses valores. Mas se vier a ocorrer, o legislativo que vai analisar toda essa parte, se tiver que corrigir o legislativo tem até ao final de dezembro praticamente para aprovar PPA e o exercício de 2022 que é a base da LOA do próximo exercício que é orçamentário de 2022. Diz que fica a disposição para a próxima. A palavra é passada ao Idu, diz que fará a pergunta, mas acredita que o André irá expor o assunto hoje. Diz que conversou com o André sobre o projeto de lei da previdência complementar e aí quando o Evans cita a previdência complementar, o que vai causar no Pauliprev pode deixar o servidor com a dúvida grande. Pergunta se isso é só sobre os servidores do Pauliprev que podem aderir a previdência complementar. Diz que, a curto prazo, não vê nenhum impacto da previdência complementar na nossa previdência. A longo prazo vê, porque são servidores poderiam contribuir mais e contribuirão com R\$ 6.400,00 que é o teto do regime geral. Pergunta se esse impacto dito pelo Evans, talvez, seja só sobre aqueles funcionários da Pauliprev de hoje e não os que entrarem porque os que entraram vão aderir a previdência complementar. Evans diz que não, tem um certo receio também com as contribuições previdenciárias, principalmente, dos servidores da prefeitura. Hoje a média salarial, se pegarem a base mensal, vai dar uma média de salário de contribuição mensal de R\$ 9.000,00 de contribuição para o Pauliprev. Se uma boa parte de servidores municipais aderirem a previdência complementar em 2022, pode ser que caia um pouco a projeção das receitas de contribuição previdenciária da Prefeitura porque a maior receita do Instituto vem da contribuição de servidores da Prefeitura, então por isso, a projeção vai apontar basicamente R\$ 62 mi numa projeção inicial. Evans diz que reduziu essa primeira contribuição para R\$ 59 mi para a gente começar a analisar quantos servidores adeririam à previdência complementar, para irem analisando essa receita durante o exercício de 2022 e os posteriores. Diz que para o Pauliprev e Câmara, o impacto da previdência complementar não deve ser tão grande porque a média dos servidores hoje da Pauliprev é próxima ao teto do INSS. O maior receio com projeção, por

Idu  
Sandra  
André  
Leo  
RHS  
E



enquanto, vai ser mesmo dos servidores da Prefeitura, por isso, que trouxeram a projeção R\$ 62 mi e reduziram para R\$ 59 mi. Idu diz que leu o projeto de lei e está convidado a discutir isso com um determinado grupo, mas o que ele estava entendendo é que, aquele que tem o teto acima do INSS e já está na ativa, vai continuar da mesma forma mesmo se optar, irá contribuir com aquilo que ele ganha a mais. Ele continuaria contribuindo ao Pauliprev com mesmo salário. A partir desse valor que ele contribuiria a previdência complementar. André pede a palavra. Diz que, só para complementar, porque estão saindo da peça orçamentária e entrando na discussão do regime de previdência complementar que faz parte da peça orçamentária porquanto tem que existir uma rubrica específica para ela como o Evans explicou. Tem todo um plano de contas que utilizam, que é PCASP, que trata das relações de contas públicas para o serviço público, então tem lá todo manualzinho do STN - Secretaria do Tesouro Nacional. Diz que quando você faz uma projeção maior e você acaba tendo uma arrecadação ou uma alteração para menor, se isso ocorrer num montante superior a 10%, nós temos apontamentos e alertas do Tribunal de Contas. O que o Evans fez foi uma projeção contábil e orçamentária para encaminhar para a Prefeitura e apresentar aos conselheiros em relação ao plano de contas do exercício de 2022 projetando pro plano plurianual. A questão do regime de previdência complementar, Idu tem razão que não há obrigatoriedade e a opinião do André, já externada ao conselho, a não ser que façam algo que seja vantajoso, hoje, aos atuais servidores não é vantajoso fazer a migração. Ela não deixa de estar prevista nesse plano de contas, nesse orçamento. Diz que a questão do regime de previdência complementar, que valerá em princípio para os novos servidores, ele continuará tendo de ser discutido no âmbito da municipalidade por conta dessas perspectivas de a quem e se será vantajoso a algum dos atuais grupos de servidores isso, inclusive, diz ter sido tema de uma conversa que teve hoje com o sindicato a esse respeito. Diz que estão saindo um pouquinho do campo orçamentário dessa projeção, que é apenas uma projeção e que pode ter várias ações para a questão de a quem é devido o regime de previdência complementar. Estão aproveitando para que não fique dúvida para os atuais servidores que são dúvidas que têm surgido bastante. O RPC, que é o regime de previdência complementar, será facultativo no futuro e isso a depender também do regulamento do fundo, da gestora que foi escolhida pela municipalidade para fazer a administração desse regime de previdência complementar. Diz que o RPC terá, ainda, algumas etapas. Ele terá um caminho que a gente terá que percorrer e isso terá que ser conciliado a nível de Prefeitura, Câmara e Pauliprev porque esses servidores continuarão sendo segurados nosso até o limite do teto do INSS e também com a participação das entidades que representam os servidores para que construam um plano só que a projeção orçamentária ela tem prazo para ser feita. Então faz-se a projeção e, posteriormente, faz-se as adequações se necessário for. Se, após o processo de seleção, surgir um plano e a gente tiver servidores interessados em migrar do RPPS, da forma como está hoje, se mantendo no Pauliprev até o limite do teto e contribuindo para esse regime de previdência complementar isso já está projetado, já está previsto no orçamento dentro desse plano de contas que foi apresentado. Diz que é, basicamente, isso. São questões distintas. Aproveita e diz à Nara que o nosso orçamento, quer seja o para o ano que vem, LOA, LDO ou plano plurianual, ele integra o orçamento da Prefeitura, por isso, que a gente faz parte da audiência pública da Prefeitura porque é orçamento do município, assim como acontece com a parcela da Câmara também. A audiência pública será amanhã e é mais uma das etapas da apresentação dos orçamentos para os próximos períodos e, claro, isso poderá, depois, sofrer alterações de acordo com a transição ou com a tramitação legislativa e as eventualidades que forem ocorrendo a partir dessas apresentações todas. Coloca-se à disposição. Idu diz que clareou bastante para as pessoas que estão assistindo a reunião. Ficou mais claro para começarem a entender até, no futuro, depois de aprovado na Câmara, vai ter a regulamentação das normas para funcionamento. Agradece. Sandra diz que ficarão

Idu  
g  
&  
D  
S  
FO  
S  
PAS  
E



com o relatório que o Evans vai enviar e, aí, surgindo alguma dúvida irão colocando para o André para pedir para o Evans participar da próxima reunião, se for o caso. Agradece a apresentação e participação do Evans.

**Item 04.** Assuntos diversos – Sandra passa a palavra ao André para os informes. André diz que a conselheira Eliete havia solicitado que ele desse uma devolutiva sobre o andamento da pesquisa que o Instituto está fazendo em relação ao curso, a promoção de um curso de mercado financeiro que hoje ainda entendem ser o CPA-10, mas pode ser que mude de acordo com a regulamentação governamental. Diz que 74 visualizaram a pesquisa porque eles visualizam e a resposta nesse aspecto de se há ou não interesse. 30 demonstraram interesse em conhecer ou participar e 44 não tiveram interesse, mas responderam à pesquisa e, aí, o número se inverteu. De todas as pessoas que demonstraram interesse, André diz que observaram que, mesmo pessoas que não demonstraram interesse responderam se gostariam de participar de um curso e se esse curso seria virtual ou presencial. Até agora, os números estão equilibrados, há 20 respostas de pessoas que gostariam de receber o treinamento presencialmente e 24 de forma virtual. E 30 pessoas dos que visualizaram não responderam a esse quesito também. Diz que uma outra particularidade, aproveitando que ele teve hoje uma reunião com o pessoal do sindicato, que foram tirar algumas dúvidas com ele, disseram que muita gente os têm procurado para ter informação sobre o que é ser e tem causado muita confusão de qual seria o papel efetivo do conselheiro. Diz que isso tem acontecido no Pauliprev também, há um grupo de servidores que não tem respondido pesquisa, pode até ter visualizado, mas não respondeu, que tem vindo perguntar e, infelizmente, a maior pergunta é para o quanto vão reduzir o jeton já que tem sido debatida a tese da redução do jeton. Diz ser um fato que ele gostaria de deixar não só claro para os conselheiros, mas registrado numa gravação. Que o servidor que vier participar quer seja para diretoria ou para o conselho, o interesse dele tem que ser o Pauliprev, tem que ser a questão previdenciária e não quanto ele vai ganhar. Informa aos conselheiros que já protocolizou na Prefeitura a continuidade do pedido da redução do jeton da forma como foi pactuado pelos conselhos, fazendo alguns ajustes na legislação, pedindo alguns ajustes, inclusive, na questão da previsão das eleições, aquela questão de que a eleição suplementar não está prevista, questão dos CPA's que chegaram a discutir. Diz que o protocolo é o 23276/2021, agora ele vai seguir o processo legislativo. Diz que o outro informe que ele acha importante que os conselheiros saibam, há algumas reuniões, ele falou que o T.I. do Instituto estava de saída e que precisariam de um tempo para contratar uma nova T.I., respeitando todos os princípios das legislações. Diz que a Mônica é a nova tecnóloga de informação, já assumiu a função desde o dia 15, está se ambientando ao trabalho e, inclusive, André já passou o contato do Fábio para caso ela tenha alguma dificuldade, alguma coisa, o Fábio possa acompanhá-la até pra que ela faça essa interação sobre essa nova sistemática das reuniões que estamos fazendo. Uma outra coisa que o Evans falou e o André já tinha anotado aqui pra falar é o último informe: não sabe se todos viram, mas saiu publicado no Diário Oficial de semana passada, na sexta-feira, o termo de acordo de parcelamento da restituição dos guardas. Diz que já começaram a tramitação desse termo de acordo de parcelamento que era um compromisso, lá atrás, do Prefeito. Ele tardou um pouco por conta da pandemia, dos processos jurídicos normais, mas ele foi assinado, já está publicado e já foi encaminhado para o CADPREV porque não querem fazer apenas um termo de acordo administrativo formal com a Prefeitura, a intenção é registrar no CADPREV, mesmo que seja extra previdenciário, mas que garanta a formalidade dos parcelamentos que fizeram e está sendo recebido em dia. Diz que isso está baseado em lei, já está em tramitação também. A expectativa é, se Deus quiser, isso seja registrado pelo CADPREV e, a partir de 25 de outubro, já recebam a primeira parcela desses valores. Coloca-se à disposição

*Handwritten signatures and initials:*  
- Top: "André"  
- Middle: "Evans"  
- Bottom: "Fábio"  
- Far right: "AS"  
- Far right: "B"



para qualquer dúvida. A palavra é passada à Nara, pergunta se o valor dos guardas se refere a restituição em relação ao pagamento daquele número de aposentadorias. André diz ser daquele grupo de 46 aposentadorias que foram anuladas e que nós tivemos uma despesa com esse grupo de servidores que, na origem, não tinham o direito de estarem aqui. Diz que tivemos uma despesa e, depois, tentamos pactuar com a Prefeitura a restituição desse valor aos cofres do Instituto que, tem um déficit atuarial muito grande que todos sabem, então precisam ir se organizando para tomar medidas que componham o nosso patrimônio para que, lá na frente, não tenham surpresas desagradáveis. Diz ser mais uma etapa dos nossos processos administrativos. Diz que a continha simples, se nós temos R\$ 1,3 bi de patrimônio e nós temos uma folha projetada de R\$ 140 mi ao ano, pra quantos anos nós temos dinheiro. Diz que essa é a pergunta que a gente precisa responder pros servidores e, por isso, a gente precisa administrar de maneira adequada e, por isso, nem sempre tudo aquilo que é solicitado pode ser implementado. Diz que essa é mais uma etapa, lá atrás, quando assinaram os termos de acordo de parcelamento da dívida previdenciária patronal, naquele dia, até os conselhos estavam representados, o administrativo pela Sandra e o fiscal pela Ligian, naquele dia o prefeito reiterou o compromisso dele que, assim que estivesse tudo organizado financeiramente, ele faria isso. Diz que isso foi complicado por conta da pandemia, mas seguiram com esse processo até que o transformaram essa assunção de responsabilidade de dívida pela Prefeitura na forma de uma lei, lei 3923/2021. Trataram como uma dívida extra previdenciária, mas com os mesmos elementos da dívida previdenciária, ou seja, ela é reajustada pelo IPCA + 0,5%, que é a nossa meta atuarial, que dá os 6% ao ano. E, também, com a vinculação ao fundo de participação dos municípios, ou seja, o FPM. Diz que, então, aquele apontamento que nós sempre temos do Tribunal de Contas que a Prefeitura não pagava no ano passado e, portanto, não é plausível que a gente tenha presunção de que se pague no futuro, hoje, os nossos acordos de parcelamento eles são vinculados ao FPM, tendo como testemunha o Secretário de Finanças da Prefeitura e o Banco do Brasil, o gerente regional do Banco do Brasil que é quem administra a conta de FPM da Prefeitura. Se a Prefeitura não pagar, há a notificação extrajudicial, insistindo o não pagamento com multa e juros, oficiam o Banco para reter essa parcela e encaminhar ao Pauliprev. Diz que informaram sobre essa publicação do termo de acordo de parcelamento para a Secretaria de Previdência e para o CADPREV. A palavra é passada ao Fábio, diz que sobre o pedido que ele fez ao Rafael do atuário sobre a apresentação que ele fez aos conselheiros, o atuário pediu desculpa, teve um imprevisto e não conseguiu responder ainda. O atuário disse ao Fábio que está na relação dele. Fábio diz que precisam pensar se poderiam fazer e um local para as reuniões voltarem a ser presencial. Sandra diz que sobre as reuniões presenciais, podem discutir num segundo momento, acabaram de discutir essa questão e, decidiram fazer as reuniões online ao vivo com a participação dos servidores. Acha que está indo bem, está aberto a todos. Acha precoce, prematuro pensarem numa reunião presencial ainda, principalmente, porque não têm a Câmara disponível para isso, que é um espaço mais adequado para o distanciamento social. Diz que, se alguém quiser fazer contato, tentar a sala de imprensa da Prefeitura ou qualquer outra coisa assim, que passe para os demais do grupo para que possam voltar a conversar sobre o assunto. Diz que passará um informe agora sobre o regimento interno que passou para a comissão e, depois da análise da comissão, os demais conselheiros terão as informações necessárias sobre o mesmo. Diz que a comissão está analisando os apontamentos da Procuradoria Jurídica e, aí, vão fazer o compilado após os apontamentos da Procuradoria Jurídica e passar a proposta final para ciência do conselho

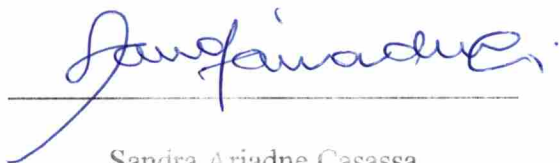
Adm  
S  
S  
S  
S  
S  
S  
S  
S



A Presidente do Conselho agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião do Conselho Administrativo.

Término às 20:10h.

Paulínia, 20 de setembro de 2021




---

Sandra Ariadne Casassa  
Presidente Conselho Administrativo




---

Edson Tomaz  
Conselheiro Administrativo




---

Fabio Ceconelo  
Conselheiro Administrativo



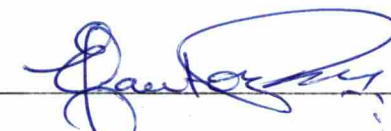
---

Idu Ribeiro  
Conselheiro Administrativo



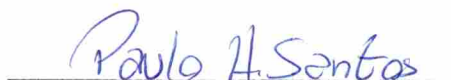
---

Nara Moretti  
Conselheira Administrativa



---

Erick Santos Paiva  
Conselheiro Administrativo



---

Paulo Henrique dos Santos  
Conselheiro Administrativo



---

Antônia Sirlene Lima  
Conselheira Administrativa



---

Eliete Maria da Silva  
Conselheira Administrativa

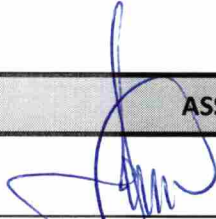




Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia

**LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO**  
**20 de setembro de 2021 – 18:00 horas**

**Reunião Ordinária**

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	EDSON TOMAZ	
2	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS	Paulo A Santos
3	ERICK SANTOS PAIVA	Erick Santos Paiva
4	FÁBIO CECONELLO	Fábio Cecconello
5	SANDRA ARIADNE CASASSA	Sandra Ariadne Casassa
6	NARA MARTINS MORETTI	Nara Martins
7	IDU ALBINO RIBEIRO	Idu Albino
8	ANTONIA SIRLENE LIMA	Antonia Sirlene Lima
9	ELIETE MARIA DA SILVA	Eliete Maria da Silva

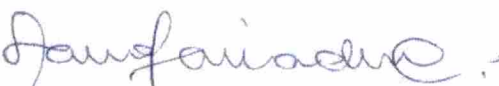
**PAUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO**

**DATA: 20/09/2021 às 18:00h**

LOCAL: EXCEPCIONALMENTE POR VIDEO CONFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO AO DETERMINADO NO DECRETO MUNICIPAL 7773/2020 – CONTENÇÃO DA PANDEMIA DE CORONAVIRUS

- 1) Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada em 23/08/2021;
- 2) Deliberação sobre a aprovação da apresentação do Relatório Trimestral do Conselho Fiscal, referente ao segundo trimestre de 2021, conforme apresentação na reunião ordinária ocorrida em 08/09/2021;
- 3) Apresentação e deliberação sobre a projeção orçamentária para o exercício de 2022;
- 4) Assuntos diversos

Paulínia, 16 de setembro de 2021.



SANDRA ARIADNE CASASSA  
Presidente do Conselho Administrativo